

SUMÁRIO

Agradecimentos	7
Prefácio	11
1. Introdução	17
1. Elementos de Direito Constitucional Relevantes para a Análise da Seletividade no IPI e no ICMS	23
1.1. Noção de Constituição	23
1.2. Noções sobre Normas Constitucionais: Princípios e Regras	26
1.3. Algumas Posições Doutrinárias sobre os Critérios Diferenciadores das Normas Constitucionais	27
1.4. Mecanismos de Alteração da Constituição	33
1.4.1. Mecanismos Formais	34
1.4.2. Mecanismos Informais	36
1.5. Síntese Conclusiva do Capítulo	40
2. Noções de Direito Tributário Brasileiro Relevantes para a Análise da Seletividade no IPI e no ICMS	45
2.1. Breve Histórico	45
2.2. Tributos e suas Espécies	52
2.3. Impostos	57
2.4. Observações sobre Impostos Pessoais, Impostos Reais sobre o Patrimônio e Capacidade Contributiva	60
2.5. IPI, ICMS, Capacidade Contributiva e Seletividade	65
2.6. Razões pelas quais os Impostos sobre o Consumo não Realizam, necessariamente, a Capacidade Contributiva	73

2.6.1. Primeira Razão - Regressividade	76
2.6.2. Segunda Razão - Competitividade dos Agentes Econômicos	79
2.6.3. Terceira Razão - Repercussão Tributária	82
2.7. Capacidade Contributiva Genérica e Capacidade Contributiva Específica	87
2.8. Síntese Conclusiva do Capítulo	91
3. Seletividade e seu Critério: a Essencialidade	97
3.1. Breve Histórico	97
3.2. A Seletividade como Técnica de Tributação	101
3.3. Diferenças da Seletividade no IPI e no ICMS	109
3.4. Essencialidade	117
3.4.1. Essencialidade no Ordenamento Jurídico	122
3.5. Bens e Serviços Supérfluos e Essenciais e sua Graduação	130
3.6. Essencialidade Objetiva	143
3.7. Alteração das Alíquotas do IPI e do ICMS	145
3.8. O Poder Judiciário e Questões Práticas	149
Conclusões	163
Referências Bibliográficas	169
Anexo	179
Índice remissivo de autores	183
Índice alfabético remissivo	187